



Racismo Pandêmico

Colonialidade do poder, Necropolítica e Covid-19

Marielson Carvalho¹

Resumo:

O artigo faz uma análise da pandemia do novo coronavírus entre março e agosto a partir das relações entre o discurso racista, político e científico sobre sociedades africanas e afrodiaspóricas. O objetivo é abordar como o racismo é tão letal quanto o vírus que provoca a morte por Covid-19. A cena de violência racial que causou a morte de George Floyd, homem negro, por um policial branco nos Estados Unidos, as ações antirracistas do movimento Black Lives Matter (BLM) no mundo e o comentário racista entre dois cientistas franceses sobre testes de vacinas na África são alguns dos episódios relacionados para exemplificar na atual conjuntura mundial como o racismo estrutura a “colonialidade do poder” e a “necropolítica”, afetando diretamente corpos negros.

Palavras-Chave: Pandemia. Racismo. Necropolítica.

Abstract:

The article analyzes the pandemic of the new coronavirus between March and August based on the relationship between racist, political and scientific discourse about African and diasporic societies. The goal is to address how racism is as lethal as the virus that causes death by Covid-19. The scene of racial violence that caused the death of George Floyd, a black man, by a white policeman in the United States, the anti-racist actions of the Black Lives Matter (BLM) movement in the world and the racist comment between two French scientists about vaccine testing in Africa these are some of the episodes related to exemplify in the current world situation how racism structures the "coloniality of power" and "necropolitics" and directly affects black bodies.

Keyword: Pandemic. Racism. Necropolitics.

¹ Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Literatura e Cultura na Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade do Estado da Bahia.



INTRODUÇÃO

Em artigo publicado no site angolano O Kwanza, fizemos uma breve reflexão do discurso racista que começou a ser produzido e compartilhado na imprensa internacional sobre os modos de usar e ver a África em tempos da pandemia do novo coronavírus (CARVALHO, 2020). Agora, pretendemos retomar alguns pontos, ampliando conceitos como “colonialidade do poder” e “necropolítica” para entender como a alta letalidade da Covid-19 potencializou a virulência do racismo durante esses seis meses. A partir da análise de notícias e episódios, investimos numa abordagem sobre o que denominamos de “racismo pandêmico” para flagrar a dimensão epistemicida do racismo nos discursos político e científico nesse contexto de pandemia.

Naquele texto, escrito em abril, o mundo já entrava na fase aguda de contaminação, causando milhares de mortos na China e na Itália, mas já sinalizava que não ficaria apenas nesses dois continentes. Diante de um mundo intensamente compartilhado, tanto virtual quanto off-line, o vírus vem mostrando a nossa vulnerabilidade, realçando ainda mais as nossas desigualdades sociais e econômicas. Nossa intenção, portanto, é discutir como o racismo estrutura o comportamento sobre os sujeitos negros e como nessa pandemia ele alveja, sufoca e adoce mais esses corpos.

PANDEMIA E PENSAMENTO COLONIAL

Para Grada Kilomba (2019), o racismo não é um fenômeno periférico ou superficial às questões mais elementares da vida social e política, como se fosse uma camada de tinta facilmente removível. Entende-se periférico aqui no sentido de marginal, não opositivo à ideia de Centro, como divisão entre espaços coloniais e metropolitanos, embora seja fato que o racismo tenha sido um elemento hierarquizante de valores operados pela escravização e colonização: dois projetos de dominação territorial que marginalizavam saberes não-europeus. Ao pontuar essa referência ao periférico, a autora reforça a ideia de que o racismo não é algo nas estruturas das relações sociais, mas um **determinante** (grifo nosso) dessas relações. Partindo de sua



experiência de mulher negra na Europa, a portuguesa de origem angolana e são-tomense é enfática: “De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma ‘coisa’ externa, uma ‘coisa’ do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia.” (KILOMBA, 2019, p. 71). Essa ideologia como base do discurso colonial foi o que nos faz pensar sobre a “realidade violenta” do racismo em tempos da Covid-19.

Nosso incômodo começou quando lemos na internet uma notícia de um diálogo entre dois médicos franceses no dia 2 de abril, no canal de televisão LCI, da França, sobre a escolha da África para testar a vacina contra tuberculose, a BCG, no tratamento da Covid-19.² Jean-Paul Mira, chefe de tratamento intensivo do Hospital Cochin, em Paris, e Camille Locht, diretor de pesquisa do INSERM (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale), sacaram do pensamento colonial um imaginário de práticas de controle já conhecidas de experimentação e abuso de corpos negros como cobaias da indústria farmacêutica.

No diálogo, Jean-Paul comenta:

*Si je peux être provocateur, est-ce qu'on ne devrait pas faire cette étude en Afrique. où il n'y a pas de masques, pas de traitements, pas de réanimation, un peu comme c'est fait d'ailleurs sur certaines études avec le sida ou chez les prostituées. On essaie des choses parce qu'on sait qu'elles sont hautement exposées. Qu'est-ce que vous en pensez?*³

Camille Locht prossegue no raciocínio: “*Vous avez raison, d'ailleurs. On est en train de réfléchir en parallèle à une étude en Afrique avec le même type d'approche, ça n'empêche pas qu'on puisse réfléchir en parallèle à une étude en Europe et en Australie*”⁴.

² “French doctors discuss testing Covid-19 vaccine in Africa”, **TRT World**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jo4SmnKLQLw>. Acesso em: 14 set. 2020.

³ “Se eu pudesse ser provocativo, não deveríamos fazer esse teste na África, onde não há máscaras, nem tratamentos, nem reanimação, um pouco como é feito em outros lugares sobre alguns estudos com a AIDS ou entre prostitutas. A gente experimenta essas coisas porque sabe que elas são muito expostas. O que você acha?” (Tradução nossa)

⁴ “Você tem razão, por falar nisso. Estamos pensando paralelamente em um estudo na África com o mesmo tipo de abordagem, mas isso não nos impede de pensar também em um estudo na Europa e na Austrália”. (Tradução nossa)



Minutos depois de terminado o programa, vários comentários em redes sociais com a reprodução da entrevista foram compartilhados. As postagens que primeiramente tiveram maior repercussão foram as de jogadores africanos ou de origem africana nascidos na França que atuam ou atuaram em equipes de futebol na Europa, como Demba Ba, de origem senegalesa, que publicou em seu perfil no Twitter: *“Bienvenue en occident, la où le blanc se croit tellement supérieur que racisme et débilité deviennent banalité”*⁵; e Didier Drogba, ex-atacante marfinense do Chelsea (Inglaterra), na mesma rede social, numa reação igualmente demolidora: *“Il est inconcevable que nous continuons à accepter ceci. L’Afrique n’est pas un laboratoire. Je dénonce vivement ces propôs graves, racistes et méprisants!”*⁶; Samuel Eto’o, de Camarões, e Mohamed Sissoko, do Mali, foram outros dois atletas africanos a denunciarem em seus perfis.

O coletivo Esprit d’Ébène, uma associação fundada por ativistas africanos com o objetivo de inserir social e profissionalmente jovens negros de Paris, escreveu uma carta aberta ao presidente Emmanuel Macron, pedindo providências institucionais quanto ao episódio, alertando que isso pode prejudicar a imagem da França e aumentar o sentimento antifrancês da juventude africana e diaspórica. A carta, assinada por vários apoiadores, a maioria de origem africana, enfatiza que, se há miséria na África, deve-se mais aos saques contínuos do colonialismo do que a uma natureza própria do continente e que a cooperação entre França e os países africanos em pesquisas médicas deverão respeitar a soberania de seus governos.⁷

O diretor-geral da OMS, o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, considerou a fala dos médicos “um legado de uma mentalidade colonial”⁸, concluindo que a África

⁵ “Bem-vindo ao Ocidente, onde os brancos pensam que são tão superiores que o racismo e a idiotice se tornam comuns”. (Tradução nossa)

⁶ “É inconcebível que continuemos a aceitar isso. A África não é um laboratório. Eu denuncio fortemente essas propostas graves, racistas e arrogantes”. (Tradução nossa)

⁷ “Coronavirus: Sur LCI des propos qui sont une insulte à l’Afrique et à l’humanité”, **Le Monde**, 3 abr. 2020. Disponível: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/04/03/coronavirus-sur-lci-des-propos-qui-sont-une-insulte-a-l-afrique-et-a-l-humanite_6035491_3212.html. Acesso em: 14 set. 2020.

⁸ “OMS critica racismo de cientistas que querem que África seja 'terreno de testes' para vacina contra coronavírus”, **AFP**, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/oms-critica-racismo-de-cientistas-que-querem-que-%c3%a1frica-seja-terreno-de-testes-para-vacina-contracoronav%c3%adrus/ar-BB12eBLJ?srcref=rss>. Acesso em: 14 set. 2020.



não será um campo de testes sem um criterioso acompanhamento da Organização. O alerta do dirigente representa uma dupla reversão a esse discurso colonial: Tedros é o primeiro negro e africano no posto mais alto da OMS e um dos maiores especialistas em malária no mundo. Sua experiência como ministro da Saúde na Etiópia, onde reduziu a taxa de mortalidade infantil, e de chanceler, com trânsito na ONU, o credenciou a ocupar o comando da OMS.

Embora os médicos tenham se desculpado pelo “mal entendido”, ainda assim o discurso ressoa uma prática de dominação do *West*, à qual o *Rest* foi submetido. A provocação foi intencional. Nada foi ingênuo ou ato falho. Se fosse um episódio pouco importante, não alcançaria uma relevância diplomática e política. Mesmo que tenha repercutido inicialmente nas redes sociais, logo tornou-se um dos assuntos mais comentados em sites de notícias e jornais internacionais por 48 horas. O governo francês emitiu nota contestando a fala dos médicos, ambos ligados a órgãos públicos de saúde e pesquisa do país.

Em um contexto tecnológico intensamente vulnerável a *fake news*, ainda mais durante uma pandemia, na qual informações seguras da COVID são imprescindíveis para evitar mais perdas humanas, é certo que as redes sociais são um campo fértil de posições negacionistas e extremistas. Por outro lado, elas são também um espaço de enfrentamento contra essas mesmas práticas quando revertem o impacto agressivo, usando suas próprias estruturas algorítmicas de compartilhamento.

Quando os jogadores africanos repercutem a entrevista, eles se posicionam contra uma experiência que vivem ou viveram nos campos europeus, onde são vítimas de racismo por torcedores ou por outros jogadores. Neste sentido, é importante pontuar o que Achille Mbembe comenta em uma entrevista dada a Paul Gilroy sobre a posição política de outros jogadores, como Marcus Rashford e Raheem Starling, na Inglaterra, e Lilian Thuram, na França:

They are finally standing up and realising that they do exert huge amount of influence; their voice counts, and it can count even more than if they were to speak individually. So my hope is that as individuals who are right there in the cog of the beast, they will



become ever more conscious of the debt they owe to others in society, not only to black people, but to all those who are under the threat of becoming black, let's just put it like that. (MBEMBE, 2020)⁹

O *becoming black* de que fala Achille Mbembe consta nas suas reflexões em “Crítica da Razão Negra”, onde o autor analisa como o Negro e a Raça são duas referências intrinsecamente elementares, a partir das quais se constituiu “o projeto moderno de conhecimento” (MBEMBE, 2014, p. 10). Ao comentar sobre os jogadores negros, Achille ressalta a reversão simbólica e material que essa inscrição racial e subjetiva, fruto do delírio da modernidade, pode operar no contexto atual do capitalismo. De “coisa” e “mercadoria”, o Negro

tornou-se símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante. (...) Algumas pessoas não hesitariam em reconhecer no Negro o lodo da terra, o nervo da vida através do qual o sonho de uma Humanidade reconciliada com a natureza, ou mesmo com a totalidade do existente, encontraria novo rosto, voz e movimento. (MBEMBE, 2014, p. 20)

Essa reviravolta epistêmica seria o próprio motor desse “devir-negro” no mundo, que abarcaria toda uma ideia de humanidade subalterna. O rosto, a voz e o movimento desses jogadores, ao se levantarem nos espaços que lhe são possíveis de ocupar, refletem esse manifesto contra o racismo.

Ainda sobre a fala dos médicos, ela reproduz um humanitarismo ocidental que se baseia numa ideia de incompetência e ineficiência dos africanos ao lidarem com seus problemas, muitos dos quais forjados pela colonização e mantidos mesmo após a descolonização. É um discurso de cooperação, a partir do qual se constroem estratégias para operar interesses comerciais, cuja lucratividade nunca será dividida igualmente com quem foi explorado. A corrida pelo protagonismo da primeira vacina não terá a África como competidora. Mesmo que haja cientistas africanos não só no continente, mas também na diáspora, colaborando nas pesquisas, a centralidade do saber-poder

⁹ “Eles estão finalmente se levantando e percebendo que exercem uma enorme influência; sua voz conta, e pode contar ainda mais do que se falassem apenas individualmente. Portanto, minha esperança é que, como indivíduos que estão ali na engrenagem, eles se tornem cada vez mais conscientes da dívida que têm para com os outros na sociedade, não apenas para os negros, mas para todos aqueles que estão sob a ameaça de um devir-negro, vamos falar assim.” (Tradução nossa)



econômico e científico mundial não está na África. E não é porque falta ciência na África. Ao contrário, a potencialidade dos saberes ancestrais e culturais africanos, segundo Joseph Ki-Zerbo (2006), foi usada pelo comércio escravista europeu para seu desenvolvimento industrial.

A supremacia tecnológica ocidental foi construída com a escravização e com a colonização africanas. De um lado, houve o tráfico de mão de obra escravizada. Do outro, a pilhagem de recursos simbólicos e materiais. A tradição oral, pela qual as epistemologias africanas são transmitidas, perde os elos de comunicação quando modelos de investigação exógenos são impostos como mais técnicos ou produtivos, prejudicando inclusive uma forma partilhada de conhecimentos, principalmente na cura e tratamento de doenças. Ki-Zerbo (2006) assinala que, no contexto africano, esse tipo de “inovação” - conceito caro à globalização - já era uma prática pré-colonial de ciência, mas desconsiderada pelo cientificismo europeu em relação à presença humana, à atenção psicológica, como o primeiro dos remédios.

No âmbito do Conselho Africano e Malgache para o Ensino Superior (CAMES), que dirigi durante uma dezena de anos, organizei quatro grandes colóquios sobre a farmacopeia africana em Libreville, Kigali, Lomé e Niamey. Juntava curandeiros africanos e universitários ditos modernos. Constatamos que, no setor da terapêutica, os africanos inovaram muito. Não há doenças que os africanos não tenham tentado a cura. O que é característico é a abordagem psicossociosomática das terapias africanas. Alguns psicoterapeutas franceses demonstraram que os africanos associaram sempre o remédio, a mobilização do espírito do doente e o acompanhamento social. Há remédios que funcionam quando o curandeiro dança com o doente, quando mobiliza todas as energias psíquicas do paciente. (...) A ciência não é feita apenas de achados mecânicos, químicos e bioquímicos. (KI-ZERBO, 2006, p. 90)

Felwine Sarr (2019), economista senegalês, ao fundamentar o conceito de “afrotopia” aborda como uma mirada diferente sobre a África precisa ser pensada a partir de uma referência própria de destino ou de metáforas de futuro, revertendo, portanto, o que, ao longo de séculos de conquistas, exploradores e aventureiros projetaram sobre o continente.



Chega a ser eufemismo ressaltar a violência simbólica com que o destino de centenas de milhões de pessoas foi considerado, tratado, representado, inscrito no imaginário coletivo sob a égide do fracasso, do déficit, da carência, da deficiência e da tara congênita por parte dos meios de comunicação e de uma farta literatura. (SARR, 2019, p. 9)

Autoridades internacionais preveem que a África seja o próximo epicentro da pandemia. Isso traz um misto de pessimismo e otimismo. No pior dos casos, já vaticinam o continente a uma catástrofe, e no melhor, o histórico de combate a epidemias ajudaria a conter esse caos. Essa expectativa positiva é bizarra, posto que é uma estatística de vários traumas coloniais acumulados. Mesmo que profissionais de saúde africanos sejam experientes para esse fim, ainda assim vão lidar com uma doença estrangeira, ou seja, terão que enfrentar mais uma invasão, não só biológica, mas também de um repertório científico que jogou a África no imaginário ocidental como o outro contrastivo, a partir do qual o racismo encontrou justificativa para sua finalidade, inclusive como campo de experimentos e maldades.

Felwine Sarr, em entrevista à TV5 Monde, fala da pandemia como o melhor momento de a África responder ao mundo sobre suas potencialidades, especialmente para a Europa: “*Les Européens s’inquiètent pour nous et nous nous inquiétons pour eux*” (SARR, 2020)¹⁰. Em sua reflexão, Sarr destaca o afro-pessimismo como um discurso que contribui para legitimar o racismo estrutural, pelo qual a África vem sendo representada. Se a catástrofe sanitária tem demorado a confirmar essas previsões, Felwine disse que outra previsão assoma dessa mentalidade pessimista: a fome, como reflexo da crise econômica. Como economista, ele alerta: a situação dos países mais ricos do mundo é mais sensível. A dívida do Japão, dos Estados Unidos e da França são mais altas do que a do continente africano inteiro que, em números totais, correspondem a 0,2% da dívida global: “*Le problème c’est que “la dette africaine” est devenue un totem. Une notion que l’on n’interroge pas et qui va de soi*”¹¹(SARR, 2020)

O número alto de contaminação e mortes de médicos e enfermeiros sem proteção individual, principalmente máscaras, cuja produção mundial se concentra nos

¹⁰ “Os europeus se preocupam conosco e nós nos preocupamos com eles.” (Tradução nossa)

¹¹ “O problema é que a “dívida africana” se tornou algo como um totem. Uma ideia que nunca se questiona e que continua inalterada.” (Tradução nossa)



Estados Unidos, Europa e China, atinge em cheio esse *know-how* africano. Donald Trump, ancorado em uma lei nacional que resguarda o abastecimento interno em casos de conflitos ou guerras, proibiu em março que uma das maiores fabricantes de insumos do país comercializasse com outras nações. O preço dos respiradores aumentou absurdamente, impossibilitando que países pobres adquirissem esses aparelhos. Trump também suspendeu a contribuição milionária dos Estados Unidos para a OMS, a maior de todos os países. Seu negacionismo no início da pandemia questionava as orientações de uso de máscaras, isolamento social e suspensão de atividades econômicas não essenciais. Segundo sua tese, a China, onde o vírus surgiu, seria a principal responsável pela pandemia e, para a qual, a Organização fechou os olhos. A briga comercial entre os países ganhou mais um capítulo nesse momento, em que o mapa da geopolítica mundial desloca os protagonistas da Europa para outras centralidades de dominação capitalista.

NECROPOLÍTICA, COLONIALIDADE DO PODER E RACISMO ESTRUTURAL

Achille Mbembe (2018) cunhou de “necropolítica” os mecanismos que legitimam o poder de matar, deixar viver ou expor à morte. A partir da noção de biopoder de Michael Foucault, o filósofo camaronês incorpora em suas reflexões o racismo como elemento seminal dessa relação entre política e morte. O poder colonial tomou para si a prerrogativa de invadir, ocupar e possuir o outro em todas as instâncias de sua existência. O espaço é o elemento principal dessa soberania violenta. Os espaços geográfico e científico se correspondem na medida em que asseguram, por seus mecanismos de força e controle, uma institucionalização de poder. A definição de marcos territoriais na África, por exemplo, pelos impérios europeus e a justificativa dessa dominação através de um campo biológico têm correlação direta com o racismo.

Que a “raça” (ou, na verdade o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classe), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a



desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles. (MBEMBE, 2018, p. 18-9)

Em 1885, a partilha da África na Conferência de Berlim entre os antigos impérios mercantilistas e escravistas europeus (Portugal, Grã-Bretanha e França), e entre Estados menores, porém gananciosos, como Bélgica e Alemanha, redesenhava as estruturas administrativas e políticas de ocupação no continente. Entretanto, com mais capilaridade territorial e exploratória. Até então mais conhecida por suas faixas oceânicas e mediterrânea, a África central seria a salvação para uma economia europeia em debacle, decorrente do comércio escravista já quase extinto e das próprias fraturas no imperialismo que a Revolução Industrial provocou, ajustando assim seus mecanismos de soberania. Era o golpe final em séculos de espoliação e expropriação.

Para Silvio Almeida (2019), o neocolonialismo resultante dessa crise do capitalismo se assentou no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados. O racismo foi incrementado pelo espírito positivista, cujos modelos de hierarquização entre os seres humanos tiveram a Biologia e a Física como sustentação científica de uma teoria determinista. A definição das raças em graus de progresso foi estabelecida na mesma catalogação dos animais em espécies mais ou menos evoluídas, ou seja, os homens seriam definidos como civilizados e primitivos de acordo com forças geográficas e biológicas que determinariam suas características mais próximas do ideal de sociedade racionalizada.

Os povos da África, por exemplo, precisariam ser “salvos” pelo conquistador europeu de seu atraso natural. Essa ideologia racista, somada ao discurso pseudocientífico do darwinismo social – que afirmava a superioridade natural do homem branco -, foram o elemento legítimo da pilhagem, dos assassinatos e da destruição promovidos pelos europeus no continente africano. (ALMEIDA, 2019, p. 202)

Desde esse final do século XIX até as décadas de 1960 e 1970, quando o processo de descolonização foi paulatinamente finalizado, o racismo científico já tinha grassado não somente na África como práxis do discurso colonial, mas também no



mundo todo como desdobramento da mitologia do universalismo europeu. Viralizou. E sua continuidade e permanência têm ressonâncias na teoria da “colonialidade do poder”.

Aníbal Quijano (2010, p. 84-85) fala da colonialidade do poder como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de economia, com relação à história da América Latina. Segundo ele, colonialidade é um conceito diferente de colonialismo, embora estejam imbricados nos últimos 500 anos de operação, já que o primeiro foi engendrado dentro do segundo. Isto prova o quanto essa estrutura de exploração sob controle de uma autoridade política e econômica, mesmo em diferentes contextos temporais e geográficos, ainda assim se apresenta como um feixe de relações intersubjetivas de hegemonia eurocentrada. Tal concentração de poder tem o objetivo de dominar a existência social como um todo:

1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a “natureza” e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças. (QUIJANO, 2010, p. 88)

A partir da tese de que o capitalismo mundial teve seu início com a dominação da América e a consequente inclusão do elemento racial na classificação social das pessoas, além de sexo, idade e força de trabalho, Anibal Quijano (2010) afirma que essa colonialidade de poder-saber foi mundialmente imposta, legitimando assim a referência eurocentrada da cor como produção social de diferença externa (material) / interna (simbólica), de larga e poderosa influência na constituição do sistema-mundo.

Tal sistema vai impactar na colonialidade geocultural, pois a territorialização do mundo será ajustada pela medida racialista de civilização avançada. Povos extraeuropeus não-brancos foram incorporados à ideia de atraso, cuja saída seria pela via da colonização, depositária do modelo de desenvolvimento europeu. Neste sentido, a África, como se vê em Yves Mudimbe (2013), será inventada com base na representação definidora de progresso, rebaixando-a ao estigma negativo de primitivo.



Na esteira dessas colonialidades, a relação de trabalho aumentou o fosso entre centro e periferia, na medida em que a exploração da colônia pela metrópole era uma estratégia que visava ao grau máximo de dominação e acumulação, sem chance de saídas autossuficientes para a economia local. Ao se abrir o leque de mecanismos de centralidade epistêmica do discurso europeu, veremos que eles também atingirão os laços de família, com a quebra da genealogia e das unidades de parentesco diferenciadas do patriarcalismo ocidental, como discute Oyeronke Oyewumi (2004) ao tratar dos feminismos africanos e das relações de gênero na África.

Quijano (2010) destaca ainda a colonialidade das relações culturais que corresponde à destruição da estrutura social colonizada, cuja população foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão. Mesmo onde a colonização não conseguiu total destruição, esse modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento foi insidiosamente testado, demonstrando o poder invasivo da colonialidade nos interstícios das subjetividades oprimidas, com resultados especialmente sobre seus corpos. Segundo ele,

a “corporalidade” é o nível decisivo das relações de poder. Porque o “corpo” implica a “pessoa”. (...) Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres (QUIJANO, 2010, p. 126).

Do alto ou de longe, as imagens das milhares de valas abertas para o enterro das vítimas de Covid-19 no Brasil não revelam outros números, mas no atestado de óbito isto virá constando infelizmente como uma verdade indiscutível: pretos e pardos são o maior contingente desses corpos.

Dados pesquisados sobre as mortes de Covid-19 pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)¹², da PUC-Rio, revelam o que historicamente no Brasil já

¹² “Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil”, **Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde**, Pontifícia Universidade Católica-Rio de Janeiro. Disponível em <https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es#h.ijqa5msfttoq> Acesso em: 18 ago. 2020.



se conhece, quando a análise socioeconômica foca a população. Segundo a nota técnica do núcleo, que contabilizou até 18 de maio 29.993 casos de óbitos e de recuperados, divulgada no dia 27, a morte de pacientes pretos e pardos foi de 54,78 e de brancos 37,93%. A estatística cruzou não só raça e cor, mas faixa etária, escolaridade e IDHM (Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal). Quando isso tudo é tabulado, a desigualdade continua. Os pacientes pretos e pardos apresentaram um número maior de óbitos em relação aos brancos em todas as faixas etárias. Já no item escolaridade, pretos e pardos morreram mais que brancos em todos níveis de escolaridade, com um dado mais aberrante: pretos e pardos sem escolaridade correspondiam quatro vezes mais em relação aos brancos com nível superior, ou seja, os primeiros somaram 80,35% e os últimos 19,65%.

Embora sejam dados de três meses atrás, tomando agosto como revisão final deste artigo, ainda assim refletem um momento da pandemia no Brasil em que os números estavam ascendentes rumo ao platô, que começou a se configurar em junho. Essa situação de estabilidade vem permanecendo até o mês de agosto, sem ainda sinais de queda ou curva descendente.

A análise dos dados conclui que a taxa maior de pretos e pardos mortos é resultado do racismo estrutural presente na falta de políticas públicas mais efetivas em saúde e educação, especialmente quando se toma a distribuição de renda em cidades de IDHM médio e alto, onde está concentrada a maior parte dessa população no País. Esses municípios tendem a refletir uma disparidade econômica brutal, já que a maioria de pretos e pardos vivem em bairros periféricos ou em ocupações irregulares, onde os serviços públicos são menos presentes do que em outras regiões da cidade.

O genocídio da população negra pelas forças do Estado brasileiro é agudizado pela Covid-19. Os corpos de homens e mulheres negros que se veem obrigados a circular pela cidade na pandemia para trabalhar ou em busca de benefícios sociais nos bancos são corpos sempre em risco, em evidência trágica de alimentar diariamente as estatísticas de uma violência racial, seja por arma de fogo ou por falta de leitos de UTI com respiradores, seja pelo discurso de ódio ou pelo dedo indicador da exclusão social.



Com uma taxa de desemprego alta, o contingente da população mais afetada por isso é negro. Os dados já apontados anteriormente nos sinalizam um índice alarmante de brasileiros sem escolaridade falecidos pela COVID. A falta de escolaridade evidentemente dificulta a ascensão social de negros a postos no mercado de trabalho, por exemplo, que exijam uma formação profissional com nível superior. Segundo dados do IBGE¹³, calculados no segundo trimestre deste ano, 7,4 milhões de pessoas estão desempregadas. Mulheres, negros e os mais jovens foram os mais atingidos nesse período. A taxa de desocupação foi de 12% para homens e 14,9% para mulheres; para brancos, 10,4%, abaixo da média nacional, mas para pretos ficou em 17,8% e pardos, 15,4%. Já os jovens de 14 a 17 (43,8%) e de 18 a 24 anos (29,7%) continuam com as maiores taxas.

O racismo estrutural vem regulando tragicamente esses dados há séculos no Brasil. A constância de como pretos/as e pobres são alocados nesses números tem uma consequência não só na vida social e econômica, mas também pessoal e psíquica dessa população. A sensação e a certeza de imobilidade que os corpos negros experimentam no dia a dia do racismo à brasileira são componentes que atingem sua autoestima, sua saúde física e mental. Foi Frantz Fanon (2008) quem nos chamou a atenção para isso em “Peles negras, máscaras brancas”.

A subjetividade do negro será afetada pelas estruturas raciais que norteiam seu contexto social. O racismo opera nas mentes como mecanismo de colonização material e simbólica. Descolonizá-las é uma forma de resistência para recuperar uma autoestima usurpada, já que o racismo e a colonização anulam as possibilidades de um autorreconhecimento como sujeito. Fanon (2008) acreditava nos efeitos do racismo sobre o homem negro, a partir da lógica de que o termo “negro” é menos uma identificação subjetiva e mais uma designação exterior, uma imposição de valores, uma fantasia da Europa de sua missão civilizadora.

¹³ “Cresce o desemprego, o desalento e as desigualdades no Brasil, diz IBGE”, **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/4871766-cresce-o-desemprego-o-desalento-e-as-desigualdades-no-brasil--diz-ibge.html> Acesso em: 28 ago. 2020.



Ao comentar o impacto da “negritude” de Aimé Césaire sobre os antilhanos na primeira metade do século XX, Fanon dá o exemplo de como gerações de estudantes que desembarcaram em Paris tiveram de compreender que o “contato com a Europa obriga-os a colocar um certo número de problemas que até então não tinham vindo à tona. E, no entanto, esses problemas não deixavam de ser visíveis.” (FANON, 2008, p. 136)

Paradoxalmente, os problemas estavam latentes, mas camuflados pela ilusão da branquitude. Para Fanon (2008), o antilhano quando viaja para Europa não está seguindo, na verdade, para a última etapa de desenvolvimento de sua personalidade, mas para encontrar seu verdadeiro personagem. É lá onde o negro sente a “maldição corporal”, o “peso da melanina” sobre si e reclama sua autonomia, desnudando-se do olhar do branco e, conseqüentemente, desmontando o racismo de dentro de sua própria estrutura de construção.

Embora Frantz Fanon (2008) faça suas observações sobre a experiência vivida do negro nas Antilhas, ainda assim é possível transpor seu trabalho para entender o “desvio existencial” imposto ao negro em outros contextos de colonização europeia. A alienação resultante do embranquecimento legitima um sistema de opressão, porque essencializa ainda mais a existência do negro a uma invenção do branco. Essa alienação é mortal em todos os sentidos.

Para Silvio Almeida (2019), o racismo é ancorado nesse imaginário idealizado de privilégios, cujas práticas discriminatórias são reproduzidas pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça.

Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetido às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem. Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista. (ALMEIDA, 2019, p.68)



A reação contra essa cerca (estrutura) que o racismo idealizou como espaço de docilizar o corpo negro sempre esteve em estado de emergência. A reflexão crítica, de que fala Silvio Almeida, é resultado mesmo de corpos indóceis que rasuram a gramática da submissão do corpo. Segundo Michael Foucault (1987), para além dos estudos sobre o corpo no campo biológico, ele “também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais.” (FOUCAULT, 1987, p.29).

George Floyd, 46, negro norte-americano, morto por um policial branco em 25 de maio, em Minneapolis, Estados Unidos, é a representação desse corpo, vítima do sistema de subjugação. A abordagem de Floyd, suspeito de ter feito a compra de um maço de cigarros com uma nota falsa de US\$20, seguiu um procedimento de prisão que, numa sociedade punitiva e de suplício, qualquer resistência a sua ordem é sinal de negação a esse poder instituído e inquestionável como controlador social. Ao responder fora do protocolo de sujeição, George é algemado e obrigado a entrar na viatura, quando repete várias vezes que vai morrer por não estar se sentindo bem. Antes, ainda em seu carro e sem algemas, pede para que os policiais não atirem nele. Dois momentos em que o medo de morrer terá um ato final trágico, previsível em processos de apagamento ou silenciamento de corpos dissidentes. Michael Foucault (1987) chama de “morte-suplício”.

Morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência. (...) O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. (FOUCAULT, 1987, p. 36)

George Floyd estava desempregado, devido à pandemia. Trabalhava como segurança em estabelecimentos locais e já era um cliente habitual da mercearia que o denunciou. No laudo médico, após sua morte, foi revelado que testou positivo para Covid-19 no dia 3 de abril. Tinha uma doença cardíaca e histórico de pressão alta. Além



disso, encontraram quantidade moderada de dois tipos de drogas. A defesa dos policiais envolvidos tenta justificar esse último ponto do documento como estratégia de que Floyd tinha potencial risco de morte, mesmo se não tivesse sido dominado, porém a conclusão do legista é de que houve homicídio por compressão do pescoço, limitando sua respiração até a perda dos sentidos e consequente morte.

Corpos indóceis saíram às ruas em várias partes do mundo, principalmente nos Estados Unidos, onde o movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), criado em 2013 por três ativistas negras depois da absolvição de um vigilante de origem hispânica, julgado por ter matado um garoto negro de 17 anos, Trayvon Martin, com um tiro no peito, alegando legítima defesa por suspeitar que o adolescente estivesse armado, quando fazia ronda no bairro. Mas em 2014, outros dois casos, o de Michael Brown, 18, baleado em Ferguson, e Eric Garner, de 43, estrangulado em Nova York, foram praticados também por policiais brancos.

Com o objetivo de erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência do Estado contra comunidades negras, o BLM tem sido um dos agentes mais mobilizadores de combate ao racismo no mundo atual. No pico do contágio de Covid-19 nos Estados Unidos, as marchas organizadas pelo movimento e impulsionadas pela frase “*I can’t to breathe*” (Eu não consigo respirar), últimas palavras de George Floyd nos oito minutos e 46 segundos de sufocação pelo policial, colocaram militantes e autoridades de saúde em campos opostos: de um lado a necessidade de ir às ruas como forma de garantir que vidas negras não continuariam sendo sufocadas e, do outro, a recomendação de que as aglomerações poderiam expandir mais a infecção.

A existência desses corpos pressupunha uma resistência e somente pelas redes sociais a estratégia não seria tão eficiente, já que é na rua, desarmados e rendidos sem reação, onde a maioria desses corpos sentem os efeitos da “arte quantitativa do sofrimento” (FOUCAULT, 1987, p. 36). As marcas dessa violência ecoam na voz, no choro e no grito de vítimas ou de seus amigos e parentes. A brutalidade com que esses corpos são tratados expõe uma estratégia genocida e exploratória do capitalismo.



Assim como no Brasil, o número de óbitos em negros tem sido alto nos Estados Unidos. Em pesquisa realizada pelo APM Research Lab¹⁴, entre abril e julho, a morte de negros em relação aos brancos por faixa etária é o triplo, especificamente, 3,7 vezes mais alta. Em outro dado, 91% das mortes têm referências étnico-raciais, ou seja, negros, índios, hispânicos, asiáticos e nativos das ilhas do Pacífico, porém negros têm a maior alta entre todos.

Em entrevista ao Financial Time, Opal Tometi, 35, uma das co-fundadoras do Black Lives Matter, comenta o quanto foi poderosa a conexão entre a pandemia nos Estados Unidos e a onda de protestos após a morte de George Floyd. Para ela, o impacto do coronavírus na vida da humanidade foi a de criar uma “sensibilidade real à nossa própria fragilidade”, possibilitando assim que as pessoas tivessem “a oportunidade de refletir sobre suas próprias vulnerabilidades”. (TOMETI, 2020) Ainda segundo ela, a luta contra o racismo tem que se valer com as armas do momento, tomando o bastão da geração anterior com todo o aprendizado que legou. Angela Davis, diretora de “Olhos que condenam” e “Selma”, em entrevista à Ava DuVernay, também comentou sobre esse momento nos Estados Unidos:

This moment is a conjuncture between the COVID-19 crisis and the increasing awareness of the structural nature of racism. Moments like this do arise. They're totally unpredictable, and we cannot base our organizing on the idea that we can usher in such a moment. What we can do is take advantage of the moment. When George Floyd was lynched, and we were all witnesses to that—we all watched as this white policeman held his knee on George Floyd's neck for eight minutes and 46 seconds—I think that many people of all racial and ethnic backgrounds, who had not necessarily understood the way in which history is present in our lives today, who had said, “Well, I never owned slaves, so what does slavery have to do with me?” suddenly began to get it. That there was work that should have happened in the immediate aftermath of slavery that could have prevented us from arriving at this moment. But it did not happen. And here we are. And now we have to begin. (DAVIS, 2020)¹⁵

¹⁴ “The color of Coronavirus”, APM Research Lab. Disponível em: <https://www.apmresearchlab.org/> Acesso em: 25 ago. 2020

¹⁵ “É uma conjuntura entre a crise do COVID-19 e a crescente consciência da natureza estrutural do racismo. Momentos como este surgem. Eles são totalmente imprevisíveis e não podemos basear nossa organização na ideia de que podemos inaugurar um momento assim. O que podemos fazer é aproveitar o



A repercussão dessa consciência a partir de suas realidades sociais fica patente nas pesquisas que aqui foram citadas. As populações negras ao redor do mundo reagiram nas ruas como forma de sobrevivência urgente, mesmo correndo risco de serem lançadas nos números de infectados e óbitos por Covid-19. A morte de George Floyd tem sido uma virada ativista não só para Opal Tometi, mas também para Angela Davis, como ainda para aqueles que só despertaram agora para a necessidade de ocupar espaços de poder na cena pública. Embora ainda menos do que se gostaria, esses espaços começam nas redes sociais e articulam outras referências de comunicação e atuação com “as armas do momento”.

O BLM começou com uma troca de comentários no Facebook sobre o caso do adolescente da Flórida. As cofundadoras vinham de experiências diferentes de enfrentamento antirracista e criaram um movimento que agregou outros tantos. Estrategicamente, continuaram sendo uma plataforma de várias frentes tanto nas redes quanto nas ruas. A descentralização do movimento ganha ressonância e protagonismos em outras paradas e quebradas, porque o racismo é pandêmico desde quando foi idealizado e suas consequências aumentam à medida que seu pacote de inimizades é inflado com o machismo, a homofobia, a intolerância religiosa etc., por isso a importância de viralizar suas células de combate.

A derrubada da estátua do comerciante de escravos Edward Colston em Bristol, Inglaterra, e substituída por uma de instalação temporária reproduzindo Jen Reid, a ativista negra que foi fotografada com os punhos fechados no mesmo pedestal logo depois de retirada a anterior, é parte dessa ocupação de lugares de memória que o racismo ostenta como verdade durante séculos. Em Salvador, por exemplo, a cidade mais negra do Brasil, com 80% de população preta e parda, o movimento Salvador Escravista (www.salvadorescravista.com) já identificou estátuas, bustos, residências e

momento. Quando George Floyd foi linchado, e todos nós fomos testemunhas disso, (...) muitas pessoas de todas as origens raciais e étnicas, que não necessariamente entenderam a forma como a história está presente em nossas vidas hoje, disseram, “Bem, eu nunca tive escravos, então o que a escravidão tem a ver comigo?”. De repente, começaram a entender que deveria ter acontecido um trabalho logo após a escravidão e que poderia ter nos impedido de chegar a este momento. Mas isso não aconteceu. E aqui estamos. E agora temos que começar.” (Tradução nossa)



lugares de senhores e famílias que enriqueceram com o mercado de escravizados na cidade. O destino desses monumentos erguidos em lugares públicos ainda não foi definido, mas é consenso de que essa narrativa da escravidão tem que ser revisada a partir de novos critérios de patrimônio histórico.

Toni Morrison, escritora afro-americana e laureada com o Prêmio Nobel de Literatura, ao ser perguntada, em 1988 por um entrevistador, sobre a necessidade de criação do Museu Americano do Holocausto Negro em Milwaukee - idealizado pelo ativista negro James Cameron, que reuniu um vasto acervo de fotos, livros, documentos e objetos sobre escravidão, pós-abolição e segregação nos Estados Unidos - responde que horrores, mesmo que sejam dolorosos, devem ser lembrados. Para Morrison (2019), não há pauta sobre os grandes problemas nacionais, seja na educação, na economia, na saúde, nas políticas públicas etc. sem que o corpo negro não seja “o elefante na sala, o fantasma na máquina”. Como, então, não mostrar o que o transformou no centro desse debate?

Os projetos desse museu guardam enormes poderes. Primeiro, o poder de eternizar pela memória. (...) O crescimento deste país nos séculos XVI, XVII e XVIII, à custa do trabalho escravo, é complicado e excepcional. Excepcional pela duração e pela natureza escravagista; complexo pela relação intrincada com desenvolvimento cultural, econômico e intelectual da nação. É isso que deve ser lembrado. E aqui se insinua outro poder desse projeto: o de nos tornar ciosos das formas adaptáveis, persistentes e escorregadias do racismo moderno, no qual o corpo escravizado é reconstruído, tornando a encarnar no corpo negro. (...) O terceiro poder do projeto do museu, talvez o mais importante e com certeza mais gratificante, é o olhar que ele lança sobre os aspectos triunfantes e regeneradores da história da república – em preto e branco. (...) Apesar de todas as estratégias comerciais e políticas para nos separar, dividir e distorcer, os jovens parecem estar verdadeiramente cansados do controle que o racismo exerce sobre a vida deles. (MORRISON, 2019, p. 108-109)

Nesse texto, escrito originalmente em 2000 como discurso durante um evento no Museu, a escritora apresenta, vinte anos antes, três elementos que se desdobram como agenda no momento antirracista atual: a memória da escravidão, a violência policial e jurídica, e o protagonismo da juventude negra. As experiências africanas e afrodiaspóricas estão conectadas por duas importantes plataformas de enfrentamento: a



ancestralidade e a memória. A partir delas, esse investimento contra-hegemônico, antirracista e decolonial de incalculável valor reparador ganha uma dimensão concreta como “máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997), no sentido de ser uma potência contra a soberania, contra o aparelho do Estado e seus mecanismos necropolíticos e de colonialidade de poder. O encruzilhamento das narrativas de memória e ancestralidade expande, nesse contexto de racismo pandêmico que descrevemos, a ideia de Atlântico negro como estabelecimento de “novas compreensões sobre o self, a semelhança e a solidariedade” (GILROY, 2001, p. 20) entre as identidades negras no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

25 de maio, data da morte de George Floyd, é comemorado o Dia Mundial da África. Nessa data, em 1963, foi criada, em Addis Adebá, Etiópia, por 32 países, a Organização da União Africana, depois recriada, em 2002, como União Africana. O continente estava passando por uma onda descolonizadora desde a década anterior, mas com maior intensidade a partir de 1960. Mesmo ainda não totalmente livre do jugo imperialista europeu, a África já mostrava com essa comunidade supranacional uma autonomia sobre seu território, que só vai terminar completamente em 1977, com a independência de Djibouti, da França. Primeiramente idealizado para ser uma federação, a organização passou a ser uma entidade de cooperação, mas ainda assim alimentando o pan-africanismo como ideologia anticolonial.

Essa simbologia de solidariedade africana, celebrada no dia em que George Floyd é morto, aciona referências identitárias a partir de novas epistemologias negras numa chave de pertencimento não-essencialista e interseccional. O protagonismo feminino à frente do BLM por três mulheres negras cisgêneras e queer tem uma ressonância na própria decolonização desse sistema-mundo heterossexista e patriarcal branco representado pelo policial homicida, foco, inclusive do ativismo de Patrisse Cullors, a atual presidente do movimento, que há vinte anos mobiliza campanhas contra a violência policial e a reforma da justiça criminal em Los Angeles. Já Alicia Garza



continua como diretora de uma aliança nacional de trabalhadores/as domésticos/as, na qual também abre questionamentos sobre sexualidades. Opal Tometi, filha de nigerianos, cresceu em um ambiente de defesa dos direitos humanos a imigrantes negros e hispânicos.

Esses microclimas ativistas compõem uma malha de compartilhamentos afetivos em várias instâncias de produção estética ou política negras. Desde a defesa ao filme de Beyoncé, “Black is King”, criticado por “glamourizar” a África, até a comoção pela morte de Chadwick Boseman, 42, que interpretou o Pantera Negra. Em ambos os filmes, a representação da África visa a restauração de uma autoestima apagada, mas através de uma tradução identitária de valores ancestrais na diáspora. É o que Felwine Sarr (2019, p. 96) também sugere em relação aos africanos: “a reconquista da autoconfiança passa também pela renarração da própria história”.

O BLM amalgama essas possibilidades e, como uma espécie de cura contra o racismo pandêmico, redesenha suas formas de lidar com os movimentos invasivos de colonialidade do poder sobre os corpos negros, que sempre estão com dificuldades de respirar, tanto nos porões dos navios negreiros, quanto nos leitos de UTI para Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019
2. CARVALHO, Marielson. Continente africano contra o racismo e a Covid-19. **O Kwanza**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://jornalokwanza.com/capa/africa-contra-o-racismo-e-a-covid-19/> Acesso em 20 ago. 2020.
3. DAVIS, Angela. “Ava DuVernay interviews Angela Davis on this moment – and what came before”. Entrevista concedida à Ava DuVernay. **Vanity Fair**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/culture/2020/08/angela-davis-and-ava-duvernay-in-conversation>. Acesso em: 26 ago. 2020
4. DELEUZE, Giles; GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34. 1997.
5. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
6. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Rachel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.



7. GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
8. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
9. KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
10. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
11. MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
12. MBEMBE, Achille. "Transcript: In conversation com Achille Mbembe". Entrevista concedida a Paul Gilroy. **Sarah Parker Remond Centre**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/racism-racialisation/transcript-conversation-achille-mbembe>. Acesso em: 19 set. 2020.
13. MORRISON, Toni. "O corpo escravizado e o corpo negro". In: MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**. Trad. Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
14. MUDIMBE, Valentim Yves. **A invenção de África**: gnose, filosofia e ordem de conhecimento. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.
15. OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies*. In: ARFRED, Signe et al. **African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms**. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8. Vol. 1.
16. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.). In: **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
17. SARR, Felwine. **Afrotopia**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2019.
18. SARR, Felwine. "Les Européens s'inquiètent pour nous et nous nous inquiétons pour eux", estime Felwine Sarr. Entrevista concedida a Oumy Diallo. **TV5 Monde**, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://information.tv5monde.com/afrique/coronavirus-les-europeens-s-inquietent-pour-nous-et-nous-nous-inquietons-pour-eux-estime>. Acesso em: 19 set. 2020.
19. TOMETI, Opal. "Lutamos com as ferramentas de nossa época". Entrevista a Patti Waldmeir.. **Financial Time**, 23 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/lutamos-contra-o-racismo-com-ferramentas-da-nossa-epoca-diz-fundadora-do-black-lives-matter.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.